

■ SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação | 9 |
| Nota de abertura à Terceira Edição | 11 |
| Nota de abertura à Segunda Edição: a força da atual concepção dos contratos administrativos | 13 |
| Nota de abertura à Primeira Edição: contratos administrativos no século XXI | 15 |

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

TÍTULO III DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

| | |
|--|----|
| Art. 89 | 33 |
| 1. A ideia brasileira de contrato administrativo | 33 |
| 2. Cláusulas contratuais | 37 |
| 3. Preceitos de Direito Público | 40 |
| 4. Princípios da teoria geral dos contratos: aplicação supletiva | 43 |
| 5. Disposições de Direito Privado: aplicação supletiva | 46 |
| 6. Requisitos formais dos contratos | 47 |
| 7. Condições de execução contratual | 47 |
| 8. Limites à incidência da Lei: contratos excluídos | 48 |
| 9. Contratos atípicos | 49 |
| 10. Interpretação dos contratos administrativos | 49 |
| Art. 90 | 51 |
| 1. Convocação do vencedor: prazo certo | 52 |
| 2. Prorrogação do prazo de assinatura | 54 |
| 3. Dever de assinar o contrato: consequências | 55 |
| 4. Convocação dos demais licitantes | 56 |

| | | |
|-----------------|---|-----|
| 5. | Renegociação das propostas remanescentes | 56 |
| 6. | Prazo de validade das propostas: efeitos | 57 |
| 7. | Contratação do remanescente de obra | 58 |
| 8. | Gestão de saldo em contrato | 59 |
| Art. 91. | | 60 |
| 1. | Instrumento contratual..... | 61 |
| 2. | Dever de publicidade e exceções expressas..... | 61 |
| 3. | Direitos reais e publicidade | 63 |
| 4. | Formalização e prorrogação: requisitos | 63 |
| Art. 92. | | 65 |
| 1. | Cláusulas contratuais – rol exemplificativo | 67 |
| 2. | Cláusulas necessárias – as universais | 69 |
| 3. | Cláusulas necessárias – as circunstanciais..... | 69 |
| 4. | Objeto contratual e elementos característicos | 69 |
| 5. | Vinculação ao edital e à proposta | 70 |
| 6. | Legislação aplicável | 72 |
| 7. | Regime de execução ou forma de fornecimento | 73 |
| 8. | Preço, condições, critérios de pagamento e reajuste | 73 |
| 9. | Medição: critérios e periodicidade..... | 74 |
| 10. | Prazos contratuais | 75 |
| 11. | O crédito pelo qual correrá a despesa..... | 76 |
| 12. | Matriz de risco | 78 |
| 13. | Repactuação de preço | 78 |
| 14. | Prazos para resposta a pedidos de repactuação e de reequilíbrio | 79 |
| 15. | Garantias e seu prazo | 80 |
| 16. | Direitos, responsabilidades e penalidades contratuais..... | 81 |
| 17. | Importação: condições, data e taxa de câmbio | 82 |
| 18. | Obrigações de manter condições de habilitação | 84 |
| 19. | Obrigações de reserva de cargos | 85 |
| 20. | Modelo de gestão do contrato | 87 |
| 21. | Casos de extinção contratual | 90 |
| 22. | Cláusula de foro e exceções | 91 |
| 23. | Período antecedente à ordem de serviço..... | 92 |
| 24. | Contratos de serviço contínuo, reajustamento e repactuação | 94 |
| 25. | O adimplemento da obrigação contratual..... | 99 |
| Art. 93. | | 101 |
| 1. | Contratos administrativos e direito autoral | 101 |
| 2. | Contratações de projetos e cessão de direitos patrimoniais | 102 |

| | | |
|----------------|--|-----|
| 3. | Contratações de serviços técnicos especializados e cessão de direitos patrimoniais | 104 |
| 4. | Cessão de direitos patrimoniais: exceção | 105 |
| Art. 94 | | 106 |
| 1. | Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP | 106 |
| 2. | Divulgação no PNCP – condição de eficácia contratual | 108 |
| 3. | Prazos para a divulgação | 110 |
| 4. | Contratos urgentes e divulgação | 110 |
| 5. | Contratos do setor artístico e divulgação | 110 |
| 6. | Contratos de obras e divulgação | 111 |
| Art. 95 | | 111 |
| 1. | Obrigatoriedade do instrumento contratual: exceções expressas | 111 |
| 2. | Contratos verbais | 112 |
| 3. | Instrumentos hábeis à substituição | 114 |
| 4. | Caso de dispensa de licitação em razão do valor | 116 |
| 5. | Caso de compras de entrega imediata e integral | 116 |

CAPÍTULO II DAS GARANTIAS

| | | |
|----------------|---|-----|
| Art. 96 | | 117 |
| 1. | Garantias em obras, serviços e fornecimento | 118 |
| 2. | Prazo para a prestação da garantia | 120 |
| 3. | Caução | 120 |
| 4. | Seguro-garantia | 121 |
| 5. | Fiança bancária | 122 |
| 6. | Título de Capitalização | 124 |
| 7. | Garantias e suspensão do contrato por fato da Administração | 125 |
| Art. 97 | | 126 |
| 1. | Seguro-garantia e sua finalidade | 126 |
| 2. | A possibilidade de contragarantia | 128 |
| 3. | Prazo de vigência da apólice e pagamento do prêmio | 129 |
| 4. | Seguro-garantia, contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo | 130 |
| Art. 98 | | 130 |
| 1. | Percentuais de garantia | 130 |
| 2. | Percentuais de garantia, serviços e fornecimentos contínuos | 132 |
| Art. 99 | | 132 |
| 1. | Obras e serviços de engenharia de grande vulto | 132 |
| 2. | Percentual extraordinário da garantia | 133 |

| | |
|---|-----|
| Art. 100 | 134 |
| 1. Fiel execução do contrato e liberação/restituição da garantia..... | 135 |
| 2. Culpa da Administração e liberação/restituição da garantia | 136 |
| 3. Atualização monetária da garantia em dinheiro | 136 |
| Art. 101 | 137 |
| 1. Contratos que impliquem entrega de bens pela Administração..... | 137 |
| 2. Particular como “depositário” de bens da Administração | 137 |
| 3. Garantia estendida aos bens da Administração | 138 |
| Art. 102 | 139 |
| 1. O caso da teoria dos contratos administrativos personalíssimos | 140 |
| 2. Obras e serviços de engenharia, seguro-garantia e <i>step-in-right</i> | 142 |
| 3. Seguradora-anuente e obrigação de exercer o <i>step-in-right</i> | 144 |
| 4. Prerrogativas da seguradora na execução do contrato | 145 |
| 5. Inadimplemento do contratado: processo e decretação..... | 145 |
| 6. A subcontratação pela seguradora | 146 |

CAPÍTULO III DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

| | |
|--|-----|
| Art. 103 | 147 |
| 1. Matriz de alocação de riscos: sua lógica e a definição do art. 6º | 147 |
| 2. Riscos e incertezas | 151 |
| 3. Matriz de alocação de riscos: seus efeitos | 154 |
| 4. Matriz de alocação de riscos: seus critérios..... | 155 |
| 5. Matriz de assunção e compartilhamento de determinados riscos | 155 |
| 6. Matriz de alocação de riscos e securitização | 157 |
| 7. Matriz de alocação de riscos e quantificação..... | 158 |
| 8. Matriz de alocação de riscos e equilíbrio econômico-financeiro..... | 160 |
| 9. Matriz de alocação de riscos e imunidade às alterações unilaterais..... | 162 |
| 10. Matriz de alocação de riscos e imunidade às alterações tributárias | 164 |

CAPÍTULO IV DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

| | |
|--|-----|
| Art. 104 | 164 |
| 1. Fundamento jurídico e sentido da consagração legislativa de prerrogativas da Administração | 165 |
| 2. Prerrogativas da Administração e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB..... | 167 |
| 3. Modificação unilateral..... | 170 |
| 4. Sentido da prerrogativa de modificação unilateral..... | 174 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 5. | Limites do poder de modificação unilateral | 175 |
| 6. | Consequências do exercício do poder de modificação | 175 |
| 7. | Extinção unilateral..... | 176 |
| 8. | Fiscalização da execução do contrato..... | 177 |
| 9. | Aplicação de sanções legais e contratuais..... | 178 |
| 10. | Ocupação de bens e utilização de pessoal e de serviços vinculados ao contrato..... | 179 |
| 11. | Outras prerrogativas da Administração: ordem de suspensão da execução do contrato..... | 180 |

CAPÍTULO V DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

| | |
|---|-----|
| Art. 105 | 181 |
| 1. Âmbito de aplicação do Capítulo V | 181 |
| 2. Duração dos contratos e a regra geral da previsão em edital | 182 |
| 3. Limites legais e condicionamentos orçamentários..... | 183 |
| 4. Prazo de vigência e prazo de execução | 184 |
| 5. Prazo de vigência e prazo de garantia..... | 184 |
| 6. A nova disciplina legal sobre a duração dos contratos administrativos..... | 185 |
| Art. 106 | 186 |
| 1. Contratos de serviços e fornecimentos contínuos | 186 |
| 2. Diretrizes para a contratação de serviços e fornecimentos contínuos | 187 |
| 3. Condições de extinção de serviços e fornecimentos contínuos..... | 189 |
| 4. Contratos de aluguel de equipamentos e contratos de utilização de programas de informática | 191 |
| Art. 107 | 192 |
| 1. Contratos de serviços e de fornecimentos contínuos: prorrogação sucessiva..... | 192 |
| 2. Contratos de serviços e fornecimentos contínuos: condições e limites da prorrogação..... | 192 |
| Art. 108 | 195 |
| 1. Contratos abrangidos pela possibilidade de duração até 10 anos | 195 |
| Art. 109 | 196 |
| 1. Contratos de serviço público em regime de monopólio: vigência indeterminada..... | 196 |
| 2. Administração Pública como usuária de serviços públicos: natureza e regime contratual | 199 |
| 3. A necessidade de “créditos orçamentários vinculados” | 201 |
| Art. 110 | 202 |
| 1. Contratos geradores de receita..... | 202 |

| | |
|--|-----|
| 2. Contrato de eficiência que gere economia | 203 |
| 3. Prazo dos contratos sem investimento privado | 204 |
| 4. Prazo dos contratos com investimento privado | 205 |
| Art. 111 | 206 |
| 1. Contratos de escopo predefinido: duração e prorrogação..... | 207 |
| 2. Consequências da não conclusão do escopo por culpa do contratado ... | 208 |
| Art. 112 | 209 |
| 1. Natureza não derogatória dos prazos previstos na Lei | 209 |
| Art. 113 | 210 |
| 1. O novo regime de contratação: o fornecimento e prestação de serviços associados | 210 |
| 2. Contagem do prazo de duração dos contratos integrados de fornecimento e prestação de serviços | 213 |
| 3. Prorrogação do prazo | 214 |
| Art. 114 | 214 |
| 1. Vigência máxima dos contratos de sistemas de tecnologia da informação | 214 |

CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

| | |
|---|-----|
| Art. 115 | 216 |
| 1. Vinculação jurídica das partes ao contrato..... | 216 |
| 2. Termos e condições de execução do contrato | 218 |
| 3. Consequências da inexecução do contrato | 220 |
| 4. Proibição de retardamento do início da execução do contrato e a suspensão generalizada dos contratos | 221 |
| 5. Licenciamento ambiental e responsabilidade administrativa | 222 |
| 6. Hipóteses de prorrogação automática do cronograma de execução | 224 |
| 7. Dever de publicidade da não execução temporária | 227 |
| Art. 116 | 227 |
| 1. Dever de permanência da reserva de cargos | 227 |
| 2. Dever de comprovação do cumprimento à reserva de cargos..... | 228 |
| Art. 117 | 228 |
| 1. A fiscalização do contrato | 229 |
| 2. O fiscal do contrato | 230 |
| 3. A contratação de terceiros com função de assistência ao fiscal do contrato | 233 |
| 4. Atribuições do fiscal do contrato | 236 |

| | |
|---|-----|
| 5. O auxílio jurídico e técnico ao fiscal do contrato..... | 237 |
| 6. Fiscalizar não é sinônimo de defender nem de vigiar e punir | 238 |
| Art. 118 | 238 |
| 1. A figura do agente representante do contratado | 238 |
| 2. A negativa à aceitação do agente representante | 239 |
| Art. 119 | 240 |
| 1. Dever de entrega perfeita..... | 240 |
| 2. Dever de reparação <i>lato sensu</i> | 241 |
| Art. 120 | 242 |
| 1. Responsabilidade extracontratual por danos à Administração e terceiros ... | 243 |
| 2. Regra de não exclusão e não redução de responsabilidades..... | 245 |
| Art. 121 | 245 |
| 1. Princípio da responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos.... | 246 |
| 2. Inadimplência e regra da não transferência de responsabilidade | 249 |
| 3. Regime especial para os serviços contínuos com dedicação exclusiva da mão de obra | 250 |
| 4. As medidas estatais para assegurar o cumprimento das obrigações traba- lhistas | 253 |
| Art. 122 | 257 |
| 1. Subcontratação: conceito, limites e responsabilidades. A cessão contra- tual..... | 257 |
| 2. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte | 262 |
| 3. Comprovação da capacidade técnica dos subcontratados..... | 263 |
| 4. Regulamento e subcontratação..... | 264 |
| 5. Conflitos de interesses como limites à subcontratação | 265 |
| Art. 123 | 265 |
| 1. Dever de decisão explícita sobre solicitações e reclamações | 266 |
| 2. Exceções ao dever de decisão..... | 267 |
| 3. Prazo de decisão | 268 |

CAPÍTULO VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

| | |
|--|-----|
| Art. 124 | 269 |
| 1. A mutabilidade dos contratos administrativos | 270 |
| 2. O respeito aos direitos dos contratados..... | 273 |
| 3. A motivação e a superveniência dos fatos justificadores da alteração..... | 273 |
| 4. A alteração unilateral: conceito, fundamentos e incidência..... | 278 |
| 5. A alteração unilateral qualitativa: conceitos, fundamentos e incidência.... | 281 |
| 6. A alteração qualitativa e a modificação do projeto ou das especifica- ções | 281 |

| | | |
|------------------|---|-----|
| 7. | A alteração unilateral quantitativa: acréscimos e diminuições..... | 283 |
| 8. | A alteração bilateral e a consensualidade | 284 |
| 9. | As espécies de alteração bilateral e o seu caráter não taxativo..... | 285 |
| 10. | A alteração para substituição da garantia | 286 |
| 11. | A alteração para modificação do regime de execução | 287 |
| 12. | A alteração para modificação da forma de pagamento..... | 288 |
| 13. | A alteração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro | 288 |
| 13-A. | O marco temporal para definição do reequilíbrio econômico-financeiro..... | 291 |
| 13-B. | Reequilíbrio econômico-financeiro como dever e não como faculdade | 292 |
| 13-C. | A prova do reequilíbrio | 294 |
| 13-D. | Desequilíbrio econômico-financeiro e interesse público | 295 |
| 13-E. | Desequilíbrio econômico-financeiro no sistema de registro de preços | 296 |
| 14. | A repartição objetiva dos riscos: o protagonismo do contrato..... | 298 |
| 15. | A teoria da imprevisão..... | 299 |
| 16. | Força maior, perigo de força maior e caso fortuito..... | 302 |
| 17. | Fato do príncipe | 305 |
| 18. | Fato da Administração | 307 |
| 19. | Sujeição imprevista | 309 |
| 20. | A renegociação dos contratos administrativos..... | 310 |
| Art. 125. | | 311 |
| 1. | Os limites legais e seus fundamentos | 312 |
| 2. | A incidência dos limites legais nas alterações quantitativas e qualitativas... .. | 313 |
| 3. | O caráter impositivo da alteração e do termo aditivo | 317 |
| 4. | Excludentes da imposição | 318 |
| 5. | A base de incidência dos limites: o valor inicial atualizado do contrato... .. | 319 |
| 6. | A compensação entre acréscimos e supressões | 320 |
| 7. | A incidência dos limites legais em licitações por itens | 321 |
| 8. | O limite ampliado para reformas | 321 |
| 9. | A alteração qualitativa e a orientação da Decisão TCU nº 215/99 | 322 |
| 10. | A inaplicabilidade dos limites legais aos contratos concessionários | 323 |
| Art. 126. | | 325 |
| 1. | Alterações e indisponibilidade do objeto | 325 |
| 2. | Alterações e garantia da concorrência | 327 |
| Art. 127. | | 328 |
| 1. | Regimes contratuais e preços unitários | 328 |
| 2. | Alteração de contratos e respeito aos preços unitários..... | 331 |

| | | |
|-----------------------|--|-----|
| 3. | Os preços unitários e o jogo de planilhas..... | 332 |
| 4. | A inexistência de preços unitários no contrato e o método do desconto ... | 333 |
| 5. | Benefícios e Despesas Indiretas – BDI..... | 335 |
| Art. 128 | | 338 |
| 1. | Ainda o método do desconto..... | 338 |
| 2. | Um exemplo de disciplina legislativa intrusiva..... | 339 |
| Art. 129 | | 340 |
| 1. | Alterações supressivas, ressarcimento e indenização: condicionantes.... | 341 |
| 2. | Aquisição e alocação dos materiais | 343 |
| 3. | O dever de custeio do “regularmente comprovado” e o destino dos bens | 344 |
| 4. | O dever do “reajuste monetário” | 345 |
| Art. 130 | | 345 |
| 1. | Contextualização da norma..... | 346 |
| 2. | O dever de concomitância do reequilíbrio..... | 347 |
| 3. | A ilegalidade de solução diversa..... | 349 |
| 4. | A natureza das cláusulas econômicas | 349 |
| Art. 131 | | 350 |
| 1. | O direito ao reequilíbrio e a extinção do contrato | 350 |
| 2. | A natureza indenizatória | 352 |
| 3. | A formalização do pedido de reequilíbrio..... | 353 |
| 4. | O aspecto temporal do pleito de reequilíbrio..... | 354 |
| 5. | As prorrogações, o reequilíbrio e a indenização | 356 |
| Art. 132 | | 356 |
| 1. | A importância da formalização dos termos aditivos | 356 |
| 2. | A precedência da formalização | 358 |
| 3. | As exceções justificadas | 358 |
| Art. 133 | | 359 |
| 1. | Contratação integrada | 359 |
| 2. | Contratação semi-integrada | 364 |
| 3. | O regime estrito de alteração do contrato na contratação integrada e semi-integrada..... | 367 |
| 4. | A matriz de risco nas contratações integradas e semi-integradas | 369 |
| 5. | A alteração do valor do contrato em razão de caso fortuito ou força maior | 370 |
| 6. | A alteração do valor do contrato em razão de solicitação da Administração Pública..... | 370 |
| 7. | A necessidade de alteração do projeto básico nas contratações semi-integradas..... | 372 |

| | |
|---|-----|
| 8. A alteração decorrente de evento alocado como risco da Administração Pública..... | 373 |
| Art. 134..... | 373 |
| 1. O fato do príncipe | 373 |
| 2. O fato do príncipe como instrumento protetivo do contrato administrativo..... | 374 |
| 3. O marco inicial da incidência do fato do príncipe | 375 |
| 4. O objeto do fato do príncipe | 376 |
| 5. A comprovação da repercussão do fato do príncipe..... | 377 |
| 6. O impacto da reforma tributária nos contratos administrativos..... | 377 |
| Art. 135..... | 381 |
| 1. Repactuação: conceito e incidência | 383 |
| 2. A data-base para incidência da repactuação..... | 384 |
| 3. A anualidade da repactuação | 386 |
| 4. O procedimento da repactuação | 386 |
| 5. O prazo para exame da repactuação e a forma | 387 |
| 6. A estrita vinculação à matéria trabalhista e impossibilidade de vinculação a determinados acordos, convenções ou dissídios | 388 |
| Art. 136..... | 389 |
| 1. Apostilamento | 389 |
| 2. Reajuste e repactuação..... | 390 |
| 3. Atualizações, compensações e penalizações financeiras | 390 |
| 4. Alteração na razão ou na denominação social do contratado..... | 391 |
| 5. Empenho de dotações orçamentárias..... | 391 |
| 6. O apostilamento e o direito ao questionamento..... | 391 |

CAPÍTULO VIII DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

| | |
|---|-----|
| Art. 137..... | 392 |
| 1. Extinção normal e anormal dos contratos administrativos | 393 |
| 2. Resilição, resolução e rescisão..... | 396 |
| 3. O devido processo legal da extinção do contrato..... | 397 |
| 4. A importância da regulação por contrato e da matriz de riscos para a explicitação das hipóteses de extinção do contrato..... | 400 |
| 5. O não cumprimento ou cumprimento irregular..... | 401 |
| 6. O desatendimento das determinações da fiscalização..... | 403 |
| 7. Alteração social ou modificação da finalidade da estrutura da empresa.... | 405 |
| 8. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado..... | 406 |

| | |
|--|-----|
| 9. Caso fortuito ou força maior | 407 |
| 10. Problemas no licenciamento ambiental | 409 |
| 10-A. O novo licenciamento ambiental (Lei nº 15.190/2025)..... | 414 |
| 11. Atrasos ou impossibilidade na liberação das áreas | 416 |
| 12. Razões de interesse público..... | 417 |
| 13. Não cumprimento das obrigações com reserva de cargos para pessoas com deficiência..... | 419 |
| 14. A extinção do contrato e a edição de regulamento..... | 420 |
| 15. A extinção do contrato em razão do inadimplemento da Administração Pública: o fato da administração..... | 421 |
| 16. A supressão do objeto além do limite legal | 422 |
| 17. A suspensão por ordem da Administração por prazo superior a 03 (três) meses e repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias | 423 |
| 18. O atraso no pagamento superior a 02 (dois) meses..... | 425 |
| 19. A não liberação de área, local ou objeto..... | 425 |
| 20. As hipóteses de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna, guerra ou participação do contratado..... | 426 |
| 21. A exceção de contrato não cumprido | 427 |
| 22. A indispensável notificação dos emitentes das garantias | 430 |
| Art. 138 | 431 |
| 1. A extinção por ato unilateral da Administração Pública | 431 |
| 2. A extinção consensual do contrato administrativo..... | 435 |
| 3. A extinção por decisão judicial ou arbitral..... | 438 |
| 4. As consequências da extinção do contrato administrativo por culpa exclusiva da Administração Pública..... | 440 |
| Art. 139 | 443 |
| 1. As consequências da extinção unilateral determinada por ato da Administração Pública | 444 |
| 2. As medidas acautelatórias da continuidade da execução do objeto contratual..... | 445 |
| 3. A execução da garantia contratual | 448 |
| 4. A retenção dos créditos | 450 |
| 5. O procedimento para cobrança dos valores não acautelados pelas garantias ou retenção dos créditos..... | 451 |

CAPÍTULO IX DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

| | |
|---|-----|
| Art. 140 | 451 |
| 1. Recebimento do objeto: conceito, espécies e consequências..... | 453 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 2. | Recebimento: a questão dos prazos e o não cabimento do recebimento tácito..... | 455 |
| 3. | A natureza das normas que disciplinam sobre o recebimento do objeto ... | 456 |
| 4. | O recebimento das obras e serviços..... | 457 |
| 5. | O recebimento das compras | 459 |
| 6. | A rejeição do objeto | 460 |
| 7. | O custeio dos ensaios, testes e provas para aferição da execução do objeto..... | 461 |
| 8. | Recebimento e a responsabilidade civil e ético-profissional | 462 |
| 9. | A responsabilidade do projetista e do consultor nas obras públicas..... | 463 |
| 10. | A responsabilidade objetiva do contratado nas obras | 463 |

CAPÍTULO X DOS PAGAMENTOS

| | | |
|-----------------------|--|-----|
| Art. 141 | | 465 |
| 1. | A ordem cronológica nos pagamentos: categorias e fundamentos | 466 |
| 2. | As exceções ao cumprimento da ordem cronológica no dever de pagamento..... | 467 |
| 3. | A responsabilidade pela inobservância imotivada da ordem cronológica... | 470 |
| 4. | O dever de transparência ativa da ordem cronológica dos pagamentos ... | 471 |
| Art. 142 | | 472 |
| 1. | O pagamento em conta vinculada: ideia geral | 472 |
| 2. | O pagamento em conta vinculada e a sua necessária contextualização.... | 473 |
| Art. 143 | | 477 |
| 1. | O dever de pagamento da parcela incontroversa | 477 |
| Art. 144 | | 479 |
| 1. | A remuneração variável: premissas e fundamentos | 479 |
| 2. | Os parâmetros objetivos da remuneração variável | 482 |
| 3. | A forma de pagamento ajustada em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa..... | 484 |
| 4. | A limitação orçamentária | 485 |
| Art. 145 | | 485 |
| 1. | A regra da vedação do pagamento antecipado..... | 485 |
| 2. | O pagamento antecipado como exceção e as cautelas necessárias | 486 |
| 3. | A devolução do valor antecipado | 489 |
| Art. 146 | | 489 |
| 1. | A interação entre o Estado Contratante e o Estado Fiscal | 489 |
| 2. | Alcance do dever de comunicação e seus limites..... | 490 |

CAPÍTULO XI DA NULIDADE DOS CONTRATOS

| | |
|--|-----|
| Art. 147 | 491 |
| 1. O princípio da segurança jurídica: proteção à confiança | 492 |
| 2. O princípio da eficiência, a LINDB e o princípio da preservação dos contratos | 496 |
| 3. A “irregularidade constatada”: premissas, consequências e saneamento.... | 500 |
| 4. Os “aspectos” definidores do interesse público de anular | 504 |
| 5. O passo a passo do saneamento contratual e sua processualização..... | 507 |
| 6. As potenciais consequências da irregularidade: perdas e danos, apuração de responsabilidade e penalidades | 509 |
| Art. 148 | 511 |
| 1. A importância da “análise prévia do interesse público envolvido” e o princípio da proporcionalidade | 512 |
| 2. As dimensões de existência, validade e eficácia dos contratos administrativos | 515 |
| 3. A declaração de nulidade e suas consequências | 516 |
| 4. A indenização por perdas e danos e a vedação ao enriquecimento sem causa..... | 517 |
| 5. A modulação temporal dos efeitos da declaração de nulidade | 520 |
| Art. 149 | 522 |
| 1. O reforço ao dever de indenizar prejuízos injustos | 522 |
| 2. A avaliação subjetiva da culpa, qualificação e quantificação do dano indenizável..... | 524 |
| 3. A responsabilização do sujeito causador da nulidade e o devido processo legal | 526 |
| Art. 150 | 528 |
| 1. Licitação, contrato administrativo e Lei de Responsabilidade Fiscal | 528 |
| 2. A proibição de contratar sem definição do objeto nem do crédito orçamentário..... | 530 |

CAPÍTULO XII DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

| | |
|---|-----|
| Art. 151 | 533 |
| 1. A institucionalização do sistema multiportas de acesso à Justiça | 533 |
| 2. O <i>Design</i> de Sistemas de Disputas (DSD)..... | 537 |
| 3. A negociação | 539 |
| 4. A conciliação | 543 |
| 5. A mediação..... | 544 |

| | | |
|---------------------------------------|---|-----|
| 6. | O comitê de resolução de disputas | 547 |
| 7. | A arbitragem..... | 553 |
| 8. | A contratação de câmaras e terceiros imparciais | 558 |
| 9. | Os direitos patrimoniais disponíveis | 560 |
| Art. 152. | | 563 |
| 1. | Arbitragem “de direito” e “por equidade” | 563 |
| 2. | O princípio da publicidade e seu modo de incidência no processo arbitral | 565 |
| Art. 153. | | 568 |
| 1. | A incidência irrestrita dos meios alternativos de solução de controvérsias..... | 568 |
| Art. 154. | | 569 |
| 1. | O processo de escolha de terceiros imparciais | 570 |
| 2. | A isonomia, tecnicidade e transparência na escolha | 571 |
| Referências | | 575 |
| Índice alfabético por assuntos | | 601 |